



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA Nº1

(Ata de definição dos parâmetros de avaliação, ponderação e valoração final)

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, nas instalações do edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça da República, reuniu o Júri do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para técnico superior, na área funcional de Turismo, previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Valença, aberto por despacho da Exma. Senhora Vereadora com competência delegada datado de 9 de agosto do corrente ano, com a presença de Isilda Manuela Vilela Martins Salvador, Técnico Superior, na qualidade de Presidente do Júri, Isabel Domingas Pereira da Costa, Técnico Superior, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus, Chefe de Divisão, na qualidade de vogais efetivos.

1. A reunião teve como objetivo fixar os parâmetros de avaliação, a ponderação e o sistema de valoração final dos métodos de seleção a aplicar no presente procedimento, tendo o Júri, nos termos da lei, deliberado, por unanimidade, o seguinte:

2. **Métodos de seleção:** Nos termos do disposto no artigo 33º do Anexo à LTFP aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril o júri deliberou aplicar, os seguintes métodos de seleção, consoante a natureza dos candidatos.

2.1. Para os candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando -se de candidatos colocados em situação de requalificação, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade referidas na categoria em análise, ao seu recrutamento aplicam-se os seguintes métodos de seleção:

A) Avaliação Curricular (AC)



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

B) Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)

Caso surjam candidatos nestas condições poderão, nos termos do n.º3 do artigo n.º 36.º da LTFP, mediante declaração escrita no requerimento de candidatura, afastar a utilização dos métodos de seleção referidos, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

2.2. Para os candidatos em situação de requalificação que por último exerceram funções diferentes das publicitadas, candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado a exercerem funções diferentes das publicitadas, candidatos com relação jurídica de emprego público a termo resolutivo ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida:

C) Prova Escrita de Conhecimentos

D) Avaliação Psicológica (AP)

E Entrevista Profissional de Seleção (EPS)

3. Critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação

3.1) Para os candidatos que se enquadram no ponto 2.1:

3.1.1) Avaliação Curricular (AC) – terá uma ponderação de 45% e visará analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação do desempenho obtida. Será expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até as centésimas, sendo a classificação obtida através de média aritmética simples das classificações dos elementos a avaliar.

$$AC = \frac{HA+FP+EP+AD}{4}$$

4

Sendo:

A) Habilitação Académica (HA) – constitui um fator obrigatório deste método de seleção. Exige-se que os candidatos tenham licenciatura adequada, ou grau académico superior, não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. Esta exigência relaciona-se com as atividades



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink.

caracterizadoras do posto de trabalho e com a complexidade das mesmas, as quais devem ser desempenhadas por pessoal da carreira/categoria técnico superior.

A classificação máxima deste fator é de 20 valores.

Licenciatura Pré-Bolonha	18 Valores
Licenciatura Pós-Bolonha	15 Valores
Licenciatura Pós-Bolonha + Mestrado	18 Valores
Habilitação de Grau Académico Superior à Licenciatura Pré ou Pós-Bolonha + Mestrado	20 Valores

B) Formação Profissional (FP) – visa aumentar a eficácia e a eficiência dos serviços através da melhoria da produtividade do capital humano, pelo que este fator integra obrigatoriamente o método de avaliação curricular. Na formação profissional apenas se considera a formação profissional que respeite às áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com o posto de trabalho a preencher, frequentadas nos últimos três anos e até à data de abertura do presente procedimento, de acordo com a aplicação dos seguintes critérios, até ao limite de 20 valores:

Ações de formação com duração > a 35 horas	2 Valores/ação
Ações de formação com duração > que 14 e <que 35 horas	1,5 Valor/ação
Ações de formação com duração > que 7 e ≤que 14 horas	1 Valor/ação
Ações de formação com duração ≤que 7 horas	0,5 Valores/ação
Sem ações de formação	0 Valores
Pós-graduação na área	3 Valores

i) 1 dia de formação = 7 horas;



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- ii) A participação em seminários, conferências, colóquios e ações afins relacionados com o posto de trabalho a preencher é valorada como ação de formação de 1 dia.
- iii) Apenas é considerada a formação que seja devidamente certificada ou comprovada.

C) Experiência Profissional (EP) – pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para os postos de trabalho em causa, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e a atividade caracterizadora do posto de trabalho a preencher. Com efeito, a adequação funcional dos candidatos, ou seja a sua qualificação, depende do maior ou menor contacto orgânico-funcional com as áreas de trabalho.

Assim, pondera-se o exercício efetivo de funções com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho a ocupar e o grau de complexidade das mesmas. A experiência profissional é valorada de acordo com a aplicação do seguinte critério:

Experiência > que 8 anos	20 Valores
Experiência > que 5 anos ≤ que 8 anos	16 Valores
Experiência > que 3 anos e ≤ que 5 anos	12 Valores
Experiência > que 1 ano ≤ menor que 3 anos	8 Valores
Experiência menor < que 1 ano	4 Valores
Sem experiência	0 Valores

Só é ponderada a experiência profissional devidamente comprovada.

D) Avaliação do Desempenho (AD) – neste fator é considerada a média aritmética da avaliação relativa aos três últimos períodos, de acordo com os seguintes critérios:

Lei n.º 10/2004, de 22 de março e Decreto Regulamentar n.º 19/2004, de 14 de maio	
Desempenho Insuficiente	4 Valores
Desempenho Necessita de Desenvolvimento	8 Valores



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Desempenho Bom	14 Valores
Desempenho Muito Bom	16 Valores
Desempenho Excelente	20 Valores

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro	
Desempenho Inadequado	4 Valores
Desempenho Adequado	12 Valores
Desempenho Relevante	16 Valores
Desempenho Excelente	20 Valores

Caso se verifique a não existência de avaliação será atribuída a classificação de 10 valores.

3.1.2) Entrevista de Avaliação de Competência (EAC) – com uma ponderação final de 55%, e visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, será classificada através dos níveis classificativos:

Elevado	20 Valores
Bom	16 Valores
Suficiente,	12 Valores
Reduzido	8 Valores
Insuficiente	4 Valores

E a qual versará sobre os seguintes aspetos:

- Avaliação comportamental em contexto de trabalho;
- Capacidade de comunicação;
- Relacionamento interpessoal;



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

D
J. J. J.
J. J. J.

- Sentido crítico;
- Motivação.

A preparação e aplicação do método serão efectuadas por técnicos credenciados, de gestão de recursos humanos ou com formação adequada para o efeito.

A aplicação deste método baseia-se num guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise.

3.2) Para os candidatos que se enquadram no ponto 2.2:

3.2.1. Prova de Conhecimento (PC) – visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função a concurso, sendo-lhe atribuída uma ponderação de 45%.

A prova será escrita, individual, podendo haver lugar a consulta, de avaliação de conhecimentos teóricos e/ou práticos sobre os temas constantes do Aviso de abertura, tendo a duração de noventa minutos.

Na valoração da prova de conhecimentos será adotada uma escala de 0 a 20 valores com expressão até às centésimas.

Legislação:

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro;

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto -Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;

Lei 33/2013, de 16 de maio, que estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal Continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo;

Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto, que estabelece as bases das políticas de turismo e define os instrumentos para a respetiva execução;

Decreto -Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico da salvaguarda do património cultural imaterial;

Decreto -Lei n.º 121/2015, de 30 de junho, que cria o Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais Tradicionais;

Decreto -Lei n.º 39/2008, de 3 de julho na atual redação, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;

Decreto -Lei n.º 108/2009, de 15 de maio na atual redação, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo -turísticos;

Plano Nacional de Turismo.

3.2.2 Avaliação psicológica (AP) — visa avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar, tendo como referência o perfil de competências previamente definido.

Terá uma ponderação de 25%. A Avaliação Psicológica será valorada da seguinte forma: Em cada fase intermédia do método, através das menções classificativas de Apto e Não Apto;

Na última fase do método, para os candidatos que o tenham completado, através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20,16,18,8 e 4 valores.



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

3.2.3 Entrevista Profissional de Seleção (EPS) – visa avaliar a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente, experiência profissional na área a recrutar; capacidade de comunicação; relacionamento interpessoal e motivação.

Será classificada através dos níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores, sendo que a classificação a atribuir a cada parâmetro da avaliação resulta de votação nominal e por maioria, sendo o resultado final obtido através da média aritmética simples das classificações dos parâmetros a avaliar.

Terá uma ponderação de 30% e uma duração máxima de 20 minutos.

4. Valoração e Classificação Final (VF) – nos termos previstos no artigo 34º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a ordenação final dos candidatos será expressa pela média ponderada das classificações dos diversos métodos de seleção, efetuada de acordo com a seguinte expressão:

Candidatos nas situações descritas no ponto 2.1	CF = (45 % × AC) + (55 % × EAC) CF — classificação final do candidato; AC — avaliação curricular; EAC — entrevista de avaliação de competências.
Candidatos nas situações descritas no ponto 2.2	CF = (45 % × PEC) + (25 % × AP) + (30 % × EPS) CF — classificação final do candidato; PEC — prova escrita de conhecimentos; AP — avaliação psicológica; EPS — entrevista profissional de seleção.

5. Critérios de Ordenação Preferencial – em caso de igualdade de valoração serão aplicados os critérios de ordenação preferencial constantes do artigo 35º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro. Mantendo-se a igualdade será considerado preferencial o candidato que possua mais tempo de trabalho na função pública.



MUNICÍPIO DE VALENÇA
CÂMARA MUNICIPAL

6. Exclusão dos Métodos de Seleção – cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que comportem, é eliminatório, sendo excluído do procedimento o candidato que não compareça ou tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes.

7. Mais deliberou o Júri aprovar as seguintes fichas que se anexam, e que fazem parte integrante da presente ata:

- Ficha individual da “Avaliação Curricular”;
- Ficha de avaliação individual da “Entrevista Profissional de Seleção”;
- Ficha de avaliação individual da “Entrevista de Avaliação de Competências”;
- Ficha de apuramento da classificação final (Ficha de avaliação);

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

A Presidente do Júri



(Isilda Salvador)

A 1ª Vogal efetiva



(Isabel Costa)

A 2ª Vogal efetiva



(Paula Mateus)